



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

Daniel Ribeiro da Silva

**ACOLHIMENTO E INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM
ESCOLAS MUNICIPAIS DE PALMAS - TOCANTINS**

**Palmas
2024**

Daniel Ribeiro da Silva

**ACOLHIMENTO E INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM
ESCOLAS MUNICIPAIS DE PALMAS - TOCANTINS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso Superior de Tecnologia
em Gestão Pública do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins –
Campus Palmas, como exigência à obtenção do
grau de formação em Tecnologia em Gestão de
Pública.

Orientadora: Prof.^a. Dr^a. Dianine Censon

**Palmas
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

S586a Silva, Daniel Ribeiro da
Acolhimento e inclusão de estudantes com deficiência em escolas
municipais de Palmas - Tocantins / Daniel Ribeiro da Silva. –
PALMAS, TO, 2024.
48 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Tecnologia
em Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas, PALMAS, TO, 2024.

Orientadora: Dra. Dianine Censon

1. Estudantes com deficiência. 2. Educação inclusiva. 3. Palmas.
I. Censon, Dianine. II. Título.

CDD 350

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins
de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a).**

Daniel Ribeiro da Silva

**ACOLHIMENTO E INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM
ESCOLAS MUNICIPAIS DE PALMAS - TOCANTINS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso Superior de Tecnologia
em Gestão Pública do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins –
Campus Palmas, como exigência à obtenção do
grau de formação em Tecnologia em Gestão de
Pública.

Aprovado em 25 de outubro de 2024.

BANCA AVALIADORA

Professora Doutora Dianine Censon (Orientadora)

IFTO – Campus Avançado Pedro Afonso

Prof^a. Mestre David Siqueira Fontes Neto

IFTO – Campus Palmas

Profa. Mestra Ana Carolina Nogueira Falcão

IFTO – Campus Palmas

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é compreender as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação no acolhimento e inclusão de estudantes com deficiência em Escolas Municipais de Palmas/TO. Reconhecendo que, no passado, pessoas com deficiência sofriam processos de exclusão, o trabalho se estrutura na compreensão de que, no ambiente escolar, atualmente, a inclusão de estudantes com deficiência envolve, também, a necessidade de atividades e infraestrutura que possibilitem a acessibilidade. A pesquisa foi estruturada em duas etapas: primeiramente com pesquisas bibliográficas, acerca do acolhimento e inclusão de estudantes com deficiência. Num segundo momento, realizou-se a coleta de dados através de um questionário elaborado com perguntas específicas sobre a temática, distribuído a professores do ensino municipal da cidade de Palmas. A análise foi realizada considerando a dimensão da casa e da escola, a dimensão institucional e física, e a dimensão profissional do docente. Os resultados das análises levam à conclusão da importância da educação inclusiva para estudantes com deficiência na rede de ensino, e da percepção das barreiras que a rede ensino enfrenta com a alta demanda vivenciada pelos professores, a falta de informações acerca de estratégias inclusivas de ensino, a falta da promoção de capacitação específica para esses profissionais, além da falta da parceria das famílias junto à escola.

Palavras-chave: estudantes com deficiência; educação inclusiva; Palmas; Tocantins.

ABSTRACT

This work aims to comprehend challenges faced by education professionals in the reception and inclusion of students with disabilities in Palmas/TO's Municipal Schools. Once in the past people with disabilities suffered exclusion process, the inclusion of students with disabilities, in the present, also involves the necessity of activities and infrastructure that allows accessibility. This research was carried out in two steps: in the first moment, bibliographic research was conducted, in themes related to reception and inclusion of students with disabilities. In the second moment, a google forms questionnaire was prepared, containing questions related to the aim of the work, and this questionnaire was shared to municipal professors in the city of Palmas. The analysis was conducted considering home and school as a dimension, an institutional and physical dimension, and a professional dimension. The analysis guided to conclusions of the importance of inclusive education to students with disabilities; and the perception about the barriers faced by professionals about their high demand of work, the lack of information about inclusive strategies, and the lack of family participation in the school.

Keywords: students with disabilities; inclusive education; Palmas; Tocantins.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. METODOLOGIA	13
3. REVISÃO DE LITERATURA	15
3.1 Acessibilidade e inclusão	15
3.2 Acessibilidade na educação	17
3.3 Políticas de acessibilidade e inclusão	20
4. RESULTADOS E ANÁLISES	22
4.1 As dimensões da casa e da escola	22
4.2 Dimensão institucional e física	27
4.3 Dimensão profissional docente	32
5. CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS	42
APÊNDICE	47

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o tema da inclusão de estudantes com deficiência tem ganhado destaque nas discussões educacionais, representando um desafio importante para o sistema de ensino brasileiro. Em consonância com essa perspectiva, este trabalho propõe uma análise sobre a inclusão dos estudantes com Necessidades Educativas Especiais (NEE) nos ambientes escolares.

A inclusão escolar visa garantir o acesso, permanência e participação de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, em um ambiente educacional que promova a diversidade e a igualdade de oportunidades. No entanto, sabemos que alcançar esse objetivo não é tarefa simples, especialmente quando se trata de lidar com as demandas específicas apresentadas por estudantes com deficiência .

Em Palmas, assim como em muitas outras cidades brasileiras, as escolas enfrentam desafios significativos na implementação de práticas inclusivas efetivas. Questões relacionadas à infraestrutura, formação de professores, adequação curricular, acessibilidade e apoio especializado são apenas alguns dos aspectos que demandam atenção e intervenção.

Na antiguidade da história humana as pessoas que por genética apresentavam alterações anormais eram mantidas enclausuradas em suas casas, sendo proibidas de frequentar lugares sociais. Segundo Souza (2006, p. 85) na pré-história, “pessoas que possuíam comportamentos intelectuais eram rejeitadas pela sociedade e abandonadas pela família”, uma vez que “essas pessoas eram

dominadas pelo demônio”. Na Idade Média pessoas que não eram “normais” eram entendidas como demônio ou consideradas como um profeta em transe.

Cunha (2015) dizia que, se antes, as pessoas com necessidades especiais eram excluídas da sociedade por alegarem que as mesmas eram incapazes e incapacitadas inclusive pela acessibilidade nas escolas, esse processo vem passando por uma mudança com a existência de leis que assegurem os direitos das pessoas com deficiência.

Ao longo da história, a percepção da sociedade em relação às pessoas com deficiência passou por mudanças significativas. Na antiguidade, indivíduos que apresentavam deficiências físicas ou comportamentos considerados fora do padrão eram, em muitos casos, rejeitados e excluídos. Na pré-história, por exemplo, essas pessoas eram frequentemente vistas como um fardo para o grupo, sendo abandonadas ou até mesmo eliminadas. Assim, o indivíduo com deficiência era visto como uma ameaça ou mau presságio, o que justificava a necessidade de seu isolamento.

Na idade média, esse entendimento persiste, mas assumiu novas conotações com a influência da religião cristã. Durante esse período, as pessoas com deficiência eram frequentemente associadas ao demônio ou vistas como possuídas por espíritos malignos. Em contrapartida, algumas culturas também consideravam essas pessoas como seres espirituais ou profetas, especialmente se apresentassem comportamentos extáticos ou incomuns. Essa visão dualista oscilava entre a demonização e uma espécie de veneração, mas, de maneira geral, o acolhimento era limitado, e o isolamento ou enclausuramento em instituições eclesiásticas era comum.

Com o avanço para o período moderno, e especialmente a partir do século XVIII, o desenvolvimento científico e as ideias do iluminismo começaram a mudar essa percepção. Surgiu o interesse médico em classificar e entender as deficiências, ainda que com uma abordagem limitada e muitas vezes estigmatizante. Durante o século XIX, o tratamento das pessoas com deficiência era marcado pela institucionalização em asilos, onde o foco estava na contenção e no afastamento da sociedade, mais do que na promoção de sua autonomia.

Traçando essa relação, nos dias atuais o governo federal brasileiro dedica algum esforço em promover a inclusão de pessoas que, na antiguidade, eram submetidas a tal enclausuramento. De acordo com a Lei nº 7.853, de Outubro de 1989 (Brasil, 1989) faz-se o direito de assegurar às pessoas com necessidades específicas o exercício pleno dos direitos básicos, inclusive do direito à educação. Com o passar dos anos, pessoas com necessidades específicas foram adquirindo seu espaço na sociedade tornando assim a Lei nº 11.133 de julho de 2005 (Brasil, 2005), que institui o dia nacional de luta da Pessoa Portadora de Deficiência, sendo celebrada no dia 21 de Setembro.

Dando seguimento aos direitos à Pessoa Portadora de Deficiência, tem-se vigente a Lei nº 13.146 de 6 Julho de 2015, no capítulo IV do Direito à Educação. Em 2008 foi lançada, pelo governo federal, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008a; 2008b). A proposta da Educação Inclusiva é tornar uma educação para todos os estudantes juntos. Faz-se, assim, a palavra de Mantoan (2003, p. 33), onde “incluir é não deixar ninguém de fora da escola comum, ou seja, ensinar a todas as crianças indistintamente”, é torná-las aptas ao convívio da sociedade. Quando estudantes com diversos níveis de deficiência se encontram em uma sala de aula inclusiva, é

possível aprender muito bem e melhor, de forma compartilhada com os demais, possibilitando a diversidade, respeito e a convivência com as diferenças.

Esses avanços representam um contraste marcante com a antiga prática de rejeição e enclausuramento. Agora, a inclusão é entendida como um direito humano fundamental, e há esforços contínuos para transformar a sociedade e suas instituições, tornando-as mais acessíveis e acolhedores para todos,

Em uma pesquisa entre os anos 2014 e 2018, Tokarnia (2019) identificou que o número de matrículas de pessoas com deficiências cresceu para 33,2% em escolas em todo o país, chegando a quase 1,2 milhão de estudantes no ano de 2018. Com isso, aumentou a demanda de professores capacitados com formação em educação especial, contando com profissionais que atuam nos atendimentos educacionais especializados (AEE) (Tokarnia, 2019). Ainda assim, apesar das escolas ainda terem uma demanda bastante diversificada de estudantes, infelizmente a inserção de estudantes com deficiência no ensino regular tem sido um desafio, podendo-se observar que muitas escolas mantêm a prática excludente herdada dos séculos passados.

Em 8 de abril de 2022, uma matéria divulgada na TV Anhanguera apresentou a problemática de crianças com deficiência sem acompanhamento especializado em escolas da cidade de Palmas, no Tocantins. Na matéria, uma das entrevistadas, Dona Edenice, conta que a falta de acompanhante especializado para sua filha tem atrapalhado o desenvolvimento na aprendizagem. Edenice relata que “faz muita falta porque o intelectual dela está muito atrasado. A fala dela (filha) não completa as frases” (TV Anhanguera e G1 Tocantins, 2022). Com isso, o Ministério Público interferiu no caso e estipulou um prazo de cinco dias para que o

município regularizasse o solicitado e apresentasse uma retomada de atendimento para esses estudantes, explicitando quais ferramentas seriam utilizadas nessa retomada. Diante deste cenário, é possível remeter-se à reflexão de Nascimento (2014), a respeito de quão preocupante é o fato de que ainda muitas escolas não possam assegurar uma educação de qualidade para pessoas com deficiência, uma vez que muitas delas ainda não apresentam estrutura didático-pedagógica para atender a tais necessidades.

A Constituição Federal de 1988 e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência asseguram o direito à educação inclusiva para todos os indivíduos, sem discriminação. No entanto, ainda persistem desafios para garantir o acesso e a permanência de estudantes com deficiência nas escolas, evidenciando a importância de investigar e promover práticas inclusivas.

As desigualdades sociais e educacionais podem se refletir de forma ainda mais acentuada para estudantes com deficiência, que muitas vezes enfrentam barreiras adicionais para acessar o ensino de qualidade. A formação inicial e continuada de professores é um elemento-chave para o sucesso da inclusão escolar. Investigar as necessidades de formação dos docentes das escolas municipais de Palmas, bem como identificar boas práticas e estratégias pedagógicas eficazes, pode fornecer subsídios para o desenvolvimento de programas de capacitação mais adequados e voltados para a promoção da inclusão.

A inclusão escolar não apenas beneficia os estudantes com necessidades especiais, mas também toda a sociedade, promovendo uma maior valorização da diversidade, o respeito aos direitos humanos e o desenvolvimento de uma cultura

inclusiva. Além disso, investir na inclusão educacional pode contribuir para a redução das desigualdades sociais e econômicas a longo prazo, ao possibilitar uma maior participação desses indivíduos no mercado de trabalho e na vida em sociedade.

Com base no exposto, fica evidente que ainda existem desafios para que a educação se torne mais inclusiva. Dentre eles destacam-se: adesão das escolas às políticas educacionais inclusivas, infraestrutura da escola, formação de professores, dentre outras. Entretanto, para conhecer e identificar quais os maiores gargalos para implementação da educação inclusiva nas escolas do município de Palmas, é necessário conhecer de forma mais objetiva a situação, por meio de pesquisas que possibilitem um espaço de discussão e proposição de ações que colaborem para uma política educacional cada vez mais inclusiva.

Há ainda muitos percalços para tornar a educação mais inclusiva, como pode ser observado em várias matérias em jornais e revistas. De acordo com dados do Censo da Educação Básica no ano de 2021, o número de matrículas da educação especial chegou a 1,3 milhão em 2021, um aumento de 26,7% em relação a 2017. Além disso, o percentual de estudantes matriculados com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades que estão incluídos em classes comuns aumentou de 90,8% em 2017 para 93,5% em 2021. Destas matrículas, as redes estadual (97,4%) e municipal (96,2%) apresentam os maiores percentuais de estudantes incluídos (BRASIL, 2021). Abre-se, assim, o caminho para estudos mais profundos sobre o tema.

Dessa forma, esta pesquisa se justifica pela necessidade de compreender quais desafios das escolas municipais de Palmas/TO referentes a inclusão de

estudantes com necessidades específicas e como estes vêm sendo enfrentados. Assim, o objetivo geral deste trabalho é compreender as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação no acolhimento e inclusão de estudantes com deficiência em Escolas Municipais de Palmas/TO. Já os específicos foram: analisar a presença ou ausência de ações referentes à educação inclusiva nas Escolas do Município de Palmas - TO; e fazer um levantamento bibliográfico sobre a inclusão de pessoas com deficiências no ambiente escolar.

2. METODOLOGIA

Nesta seção, será detalhado o processo metodológico adotado na construção e desenvolvimento deste trabalho, o qual foi estruturado em duas etapas principais: a pesquisa bibliográfica por meio de materiais já elaborados e publicados, como livros, artigos, revistas e jornais (Gil, 2007). E a coleta de dados primários, ou seja, aqueles que ainda não foram coletados e serão obtidos diretamente com as fontes (Mattar, 2014). Cada uma dessas etapas desempenhou um papel essencial na fundamentação teórica e na obtenção de dados relevantes para a análise da inclusão de estudantes com deficiência nas escolas do município de Palmas.

Assim, inicialmente, foi realizada uma busca por fontes bibliográficas relacionadas ao acolhimento e inclusão de estudantes com deficiência. Foram consultadas bases de dados eletrônicas, bibliotecas digitais, periódicos científicos, dissertações, teses, livros e outros recursos pertinentes. A busca por fontes bibliográficas foi realizada utilizando palavras-chave e termos relacionados ao tema, tais como "acolhimento escolar", "inclusão educacional", "necessidades especiais", "educação inclusiva", "escolas municipais", "Palmas - Tocantins", entre outros.

A segunda fase se deu através de questionário elaborado com perguntas específicas referente a temática, com a ajuda de familiares, e amigos que já trabalharam na educação ou que lutam pela causa da inclusão de estudantes com deficiência na rede de ensino. Importante informar que a coleta dos dados passou por algumas modificações, já que inicialmente pretendia-se realizar uma entrevista

juntamente com os professores, mas percebeu-se melhor disponibilizar um questionário via Google Forms.

Esse questionário, composto por 13 perguntas, abordou temas como as leis que asseguram o direito à educação de qualidade para estudantes com deficiência e o número de estudantes que cada professor atende. Após a revisão das perguntas pela orientadora, o questionário foi distribuído a 14 professores da Rede Municipal de Ensino, pertencentes a diferentes séries e escolas. No Apêndice 1 é possível verificar todas as perguntas e alternativas do documento.

Embora o acesso e disponibilidade dos professores para responder o questionário tenha tido um pouco de dificuldade - como a análise de quais perguntas comporiam o documento, de forma a não comprometer a imagem do professor que iria responder; além de como esse questionário iria chegar aos professores - com a ajuda das pessoas mencionadas anteriormente, foi possível obter respostas e, dessa forma, a análise das respostas possibilitou uma compreensão das práticas e percepções dos professores quanto à inclusão de estudantes com deficiência, contribuindo para a discussão dos resultados obtidos neste estudo.

3. REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com a temática faz-se assim os tópicos necessários para a composição da revisão de literatura, para assim entender a importância de cada um. Com isso, os tópicos apresentados nesta seção de revisão são: Acessibilidade e Inclusão; Acessibilidade na Educação; e Políticas de acessibilidade e inclusão.

3.1 Acessibilidade e inclusão

A acessibilidade e a inclusão são conceitos fundamentais que se complementam no contexto da educação e de outras esferas da sociedade. A acessibilidade refere-se à garantia de que todos os indivíduos, independentemente de suas habilidades físicas, sensoriais, cognitivas ou outras características, possam acessar e utilizar os espaços físicos, serviços, informações e tecnologias de forma plena e igualitária. Isso implica na eliminação de barreiras físicas, arquitetônicas, comunicacionais e tecnológicas que possam impedir ou dificultar a participação e o pleno exercício dos direitos das pessoas com deficiência (Boneti, 1998).

A inclusão, por sua vez, envolve o acolhimento e a participação de todos os indivíduos em todos os aspectos da vida em sociedade, sem discriminação ou exclusão. Na educação, a inclusão escolar visa garantir que todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade em ambientes inclusivos, que valorizem a diversidade, promovam o respeito mútuo e ofereçam suporte adequado para atender às necessidades de aprendizagem de cada aluno (Brasil, 1988).

No contexto da educação, a acessibilidade é um requisito fundamental para a efetivação da inclusão escolar. Sem acesso físico, sensorial e comunicacional adequado, os estudantes com deficiência podem enfrentar dificuldades significativas para participar das atividades escolares e se beneficiar do processo de ensino-aprendizagem. Portanto, garantir a acessibilidade nas escolas é um passo essencial para promover a inclusão de todos os estudantes (Brasil, 1989).

Além disso, a inclusão vai além da acessibilidade física. Envolve também a criação de um ambiente acolhedor e inclusivo, onde todos os estudantes se sintam valorizados e respeitados, independentemente de suas diferenças. Isso requer não apenas adaptações físicas e tecnológicas, mas também a promoção de uma cultura escolar inclusiva, que celebre a diversidade e reconheça as potencialidades de cada estudante (Brasil, 1989).

Portanto, a acessibilidade e a inclusão são conceitos interligados e essenciais para garantir uma educação equitativa e de qualidade para todos os estudantes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática (Brasil, 1996).

O acesso à inclusão para essas pessoas com deficiência nas escolas foi um processo muito lento nos tempos passados, mas, se hoje se fala de acessibilidade inclusiva nas escolas, é porque foi necessário ultrapassar várias barreiras para que pessoas com necessidades especiais se tornassem incluídas nos espaços sociais. A situação das pessoas com deficiência nas décadas passadas reflete uma realidade de extrema exclusão e negligência, marcada por práticas que negavam qualquer forma de dignidade e acesso a direitos básicos. Durante esse período, não apenas lhes era negado o direito de frequentar espaços públicos, e de convívio

social, como também eram sistematicamente isolados da sociedade. Muitas vezes, essas pessoas eram enviadas para asilos e conventos, instituições que, longe de oferecerem suporte adequado, funcionavam como locais de confinamento. Em muitos casos, o abandono era uma medida deliberada, uma forma de esconder ou suprimir a existência daqueles que não se encaixavam nos padrões normativos da época. A precariedade dessa abordagem culmina até mesmo em práticas desumanas, como a negligência severa e, em casos mais extremos, o extermínio de pessoas com deficiência, vistas como um “peso” para as famílias e para a sociedade (Boneti, 1988).

O papel da acessibilidade e inclusão é manter um ambiente, organização para todos, sem haver divergências. Sendo assim, torna-se necessário o acesso inclusivo de pessoas com necessidades específicas a uma educação de qualidade. Para Cunha (2015),

É preciso entender que a inclusão de Pessoas com Deficiência no ensino regular é fazê-las integrantes da escola num sistema único de educação. Nas escolas de educação especial, os alunos conviviam somente com outros com deficiências (iguais ou diferentes da dele). Todavia, vivemos em um momento em que o mundo prega o respeito à diversidade, e que esta seja entendida como um processo natural, pois “defender a inclusão escolar é necessário para que seja dada a oportunidade a todos os alunos de estarem na escola e, juntos, aprenderem o respeito às diferenças (Cunha, 2015, p. 71).

3.2 Acessibilidade na educação

A acessibilidade na educação é fundamental para garantir que todos os estudantes tenham oportunidades iguais de aprendizado e participação no ambiente escolar, independentemente de suas habilidades, necessidades ou condições específicas. Isso inclui não apenas a acessibilidade física das

instalações escolares, mas também a acessibilidade digital, comunicacional e pedagógica (Brasil, 2001).

Além disso, é importante destacar que a promoção da acessibilidade na educação não beneficia apenas os estudantes com deficiência, mas toda a comunidade escolar. Ambientes escolares acessíveis e inclusivos criam um ambiente mais acolhedor e propício ao aprendizado para todos os estudantes, promovendo a valorização da diversidade e o respeito à individualidade de cada estudante (Brasil, 2001).

Portanto, investir em acessibilidade na educação é fundamental para garantir uma educação de qualidade e equitativa para todos os estudantes, promovendo a inclusão e o pleno desenvolvimento de cada estudante, independentemente de suas características individuais (Brasil, 2005).

A inclusão acessível torna-se importante pois serve como quebra das barreiras dos tempos passados, por excluir pessoas com necessidades especiais dos espaços sociais, inclusive do direito ao ensino. De acordo com o Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a qual o Brasil faz parte, deve-se assegurar um sistema de Educação Inclusiva em todos os níveis de ensino, garantindo assim que:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Brasil, 2009, Art. 24)

A acessibilidade é um instrumento principal para assegurar a inclusão social.

Na educação, que é o foco deste artigo, acorda-se com a afirmação de Cunha (2015 p. 80), de que não há mais como negar que a pessoa portadora de uma deficiência ou síndrome tenha o direito de estudar em escolas regulares, como está garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 (Brasil, 1996), tanto para a educação básica como para o ensino profissionalizante. Cunha (2015, p. 80) afirma ainda que pode haver punição ao gestor que indeferir a matrícula do aluno com Transtorno do Espectro Austista (TEA), por exemplo, o que significa que a Educação Inclusiva é um conceito que vai além do processo da inclusão das pessoas com deficiências ou com distúrbios de aprendizagem na rede escolar, pois abrange todas as diferenças possíveis entre as pessoas. Conforme Soler (2005), cada ser humano é uno e, portanto, as oportunidades devem ser iguais para todos.

Considerando, então, que a educação que é um direito de todos, faz-se o uso das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001 (Brasil, 2001), que no artigo 2º, determina que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (Brasil, 2001b, p. 8).

Ainda assim, e considerando as especificidades da educação nos diversos níveis (federal, estadual e municipal), Gracindo (2000, p. 6) afirma que, para o Sistema Municipal de Ensino melhor atender essas pessoas com necessidades específicas, “é necessário profissionais capacitados para integração dos educandos com necessidades especiais nas classes comuns visando a efetiva interação na vida em sociedade”. É necessário que a gestão escolar capacite seus profissionais para melhor atender as necessidades de cada educando

independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e etc. Com mais enfoque nessa capacitação, poderia-se buscar uma educação realmente inclusiva, como o caminho adequado para que todos os estudantes recebam um ensino de qualidade é um espaço certo onde se pode aprender com respeito e igualdade, independente das diferenças de cada um.

3.3 Políticas de acessibilidade e inclusão

As políticas de acessibilidade e inclusão são essenciais para garantir que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades, tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais, sociais e profissionais. Conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, esta lei estabelece diretrizes e garantias para a inclusão das pessoas com deficiência em diferentes aspectos da vida social, incluindo educação, trabalho, acessibilidade, saúde e assistência social. A lei reforça a importância da acessibilidade e da promoção de práticas inclusivas em todas as esferas da sociedade (Brasil, 2007).

A Constituição Federal, ao disciplinar os deveres do Estado, na área da educação, fixa o “atendimento educacional especializado” às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988, Art. 208, III), com a função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade para eliminação de barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas visando a complementação e a autonomia e independência dos estudantes. De acordo com documento elaborado pelo Grupo de Trabalho responsável pela construção da

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que definem, por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiência (Brasil, 2007, p. 2).

Embora tenha acontecido esse grande marco de leis e até mesmo a organização da educação especial, é necessário ressaltar que ainda existem instituições de ensino que não se encontram preparadas para o ensino inclusivo de pessoas com necessidades especiais, seja porque não disponham ainda de profissionais qualificados, seja porque não aderiram à lei atribuída. Mitler (2000) discute questões relacionadas à capacitação de professores e demais profissionais educacionais, que por vezes consideram-se incompetentes para o atendimento dos estudantes com deficiência. Assim, ainda é possível observar obstáculos para o acolhimento e a inclusão de estudantes com necessidades especiais no que diz respeito à formação dos profissionais que atuarão com tais estudantes, para além da aprovação de legislações e normativas.

4. RESULTADOS E ANÁLISES

A análise dos dados dos questionários foi estruturada em torno das três dimensões que serão nomeadas como subseções, com base nas respostas fornecidas pelos professores.

Em cada subseção, serão discutidos os dados, em diálogo com a literatura da área. Nas subseções serão descritas informações relevantes das respostas dos professores da rede municipal de ensino, e essas respostas serão apresentadas com o texto destacado em *itálico*. A literatura da área servirá como pilar para a análise das respostas dos professores neste questionário.

A análise dos dados do questionário, integrada com a literatura, destaca a importância de uma infraestrutura adequada, a participação ativa dos pais e a capacitação contínua dos professores para o sucesso da educação inclusiva. Os dados indicam que, apesar dos avanços, ainda há áreas que necessitam de melhorias para garantir uma inclusão eficaz e equitativa para todos os estudantes com deficiência.

4.1 As dimensões da casa e da escola

Nesta seção, analisamos a parceria entre pais e escola, a troca de informações sobre os estudantes com deficiência ou transtorno, e a quantidade de estudantes que possuem laudo de sua condição. As respostas do questionário refletem variações significativas na qualidade e intensidade dessa parceria, o que pode impactar diretamente o desenvolvimento dos estudantes com NEE.

Sobre o engajamento das famílias, os professores respondentes indicam uma parceria ativa, onde os familiares são *bem frequentes na escola*. Esse alto nível de envolvimento sugere que a comunicação é constante, permitindo que a escola e a família trabalhem juntas para atender as necessidades do aluno. A frequência dos familiares na escola pode refletir um ambiente acolhedor e propício ao diálogo, o que é fundamental para construir confiança mútua. As famílias participam através de *reuniões, conversas e atividades colaborativas*, o que demonstra um esforço coordenado para envolver os pais em diversas atividades escolares.

Dando continuidade na parceria dos pais, alguns professores responderam que *alguns pais são parceiros, atentos*, já outros *são mais difíceis de lidar*. Isso reflete a diversidade das experiências familiares e a necessidade de a escola adaptar suas estratégias de comunicação para incluir todos os pais, independente de sua disposição inicial. Um professor afirmou não *saber*, quando questionado sobre a atuação das famílias, o que pode indicar uma falta de comunicação ou de clareza sobre o papel dos pais na educação inclusiva. Esse tipo de resposta reflete a um possível distanciamento entre escola e família, que pode ser prejudicial para uma implementação eficaz de práticas inclusivas. Outro professor diz que a colaboração com algumas famílias é difícil, *aumentando a dificuldade de trabalharmos com a criança*, isso reforça a ideia de que a falta de parceria ou dificuldades na comunicação podem criar barreiras adicionais à inclusão. O professor relata não ter conhecimento sobre a atuação das famílias, o que sugere uma ausência de comunicação e uma parceria inexistente.

A troca de informação eficaz entre escola e familiares é outro pilar fundamental da dimensão que coloca em diálogo a casa e a escola. Alguns

professores responderam que a troca de informação se dá *através da orientação educacional*, o que sugere que a escola possui um sistema formal para comunicar-se com as famílias. A orientação educacional pode servir como ponte entre as necessidades dos estudantes e as expectativas dos pais, ajudando a alinhar as práticas pedagógicas com os objetivos familiares. Outros professores mencionam também que a troca de informação acontece *através da sala de recursos multifuncionais*, indicando o uso dos recursos especializados para manter a comunicação com as famílias. Isso pode ser especialmente importante para os estudantes com NEE, pois garante que as informações sobre adaptações e necessidades sejam transmitidas de maneira clara e precisa. Em uma resposta, o professor informa que *não trabalha com alunos NEE*, o que, longe de ser desimportante para esse trabalho, leva à reflexão acerca da ausência ou presença de contato com estudantes com deficiência, e, mesmo assim, a não-isenção dos profissionais de estarem preparados para promover a inclusão quando necessário. A formação e capacitação continuada sobre inclusão são fundamentais para que todos os professores estejam prontos para atender estudantes com NEE, caso a situação surja.

Ainda no que diz respeito à parceria entre a escola e a família, ainda que essa seja considerada um elemento crucial para o sucesso da educação inclusiva, as respostas do questionário revelaram que essa colaboração não ocorre de maneira uniforme dentro das escolas que onde os professores responderam o questionário, e que diversos desafios precisam ser superados para que a parceria se concretize de forma eficiente e eficaz. Enquanto alguns professores relatam uma parceria ativa e troca de informações estruturadas, outros indicam uma falta de interação ou práticas menos formalizadas. Essa variação demonstra a necessidade

de estratégias adaptativas para atender às diferentes realidades escolares e familiares, promovendo uma inclusão mais efetiva.

A participação dos pais é um desafio significativo. A literatura aponta que a participação ativa dos pais na educação dos filhos com deficiência é fundamental para o sucesso educacional desses estudantes, embora a realidade prática muitas vezes apresenta desafios significativos. Hornby (2011) enfatiza que a colaboração entre família e escola é crucial para o desenvolvimento educacional de estudantes com deficiência. Quando os pais estão envolvidos, os estudantes tendem a apresentar melhor desempenho acadêmico e comportamental. No entanto, a falta de engajamento parental pode resultar em dificuldades adicionais para os professores, que precisam lidar com a ausência de apoio em casa. A colaboração entre pais e escola desempenha um papel crucial na educação de estudantes com deficiência, quando os pais estão engajados, eles facilitam o trabalho dos professores ao fornecer informações valiosas sobre as necessidades e progressos dos estudantes. Ao mesmo tempo, um professor preparado pode contribuir para um ambiente doméstico mais sintonizado com as questões escolares. Esse envolvimento pode manifestar-se na participação em reuniões de planejamento, apoio em casa e comunicação regular com os educadores.

Turnbull et al. (2016) destacam que a comunicação eficaz entre pais e escola é essencial para a inclusão bem-sucedida de estudantes com deficiência. Essa comunicação deve ser contínua e bidirecional, permitindo que ambas as partes compartilhem informações importantes sobre o progresso do aluno e suas necessidades específicas. A ausência dessa comunicação pode levar a mal-entendidos e a uma falta de suporte adequado para o aluno. A ausência de participação ativa pode, como já apontado, sobrecarregar os professores, que

precisam lidar com a falta de suporte e informações adicionais. Thurnbull et al (2016), como Hornby (2011), também considera que a falta de engajamento parental pode levar a dificuldades adicionais, uma vez que os professores não conseguem integrar plenamente o suporte escolar com o ambiente familiar. Estratégias como criação de canais de comunicação claros e acessíveis, como plataformas digitais, reuniões regulares e atualizações frequentes sobre o progresso dos estudantes, podem ajudar a garantir que as informações sejam compartilhadas de maneira eficaz e que os pais se sintam mais envolvidos no processo educacional. Oferecer programas de capacitação para os pais pode ajudá-los melhor para apoiar seus filhos, como: compreensão das necessidades especiais e as formas de apoio em casa.

No terceiro ponto analisado nesta subseção, a existência de laudo médico ou psicológico, cabe esclarecer que se trata de um documento oficial que comprova a condição de deficiência ou transtorno de um aluno, orientando a equipe escolar sobre suas necessidades específicas e direitos no contexto da educação inclusiva. A existência desse laudo garante que a escola possa adaptar o currículo e as práticas pedagógicas, oferecendo suporte especializado, quando necessário, como o acompanhamento de cuidadores ou a disponibilização de recursos pedagógicos diferenciados. Nessa temática, também houve diversidade de respostas. Três professores responderam que possuem um, cinco, e mais de cinco alunos NEE, respectivamente, todos com laudo.

O reconhecimento oficial do laudo possibilita que a escola e o professor trabalhem de forma mais assertiva, desenvolvendo atividades adaptadas com o suporte de um professor auxiliar, se for o caso. Dessa forma, a existência de um laudo tem um impacto positivo ao garantir que o aluno receba adaptações

adequadas às suas necessidades, promovendo sua participação e desenvolvimento acadêmico. Além disso, a presença do laudo facilita a comunicação entre a escola e a família, uma vez que todos os envolvidos têm uma base formal para discutir as ações educativas a serem implementadas. No entanto, também surgem desafios relacionados à utilização do laudo, como a falta de recursos ou a demora na oferta de serviços necessários, como o acompanhamento de cuidadores. Embora o laudo seja fundamental para formalizar as necessidades educacionais dos estudantes, ele não resolve todos os desafios por si só. A sua emissão deve ser seguida de ações concretas por parte da escola e da rede de ensino, que devem providenciar o suporte necessário para garantir uma inclusão efetiva. As respostas dos professores indicaram que, ainda que os estudantes tenham laudos, o que permite que as escolas planejem as ações necessárias para inclusão, ainda existem falhas na infraestrutura e no suporte humano, falta de cuidadores e capacitação insuficiente dos professores, por exemplo, o que impede que as práticas inclusivas sejam plenamente implementadas pelas escolas.

4.2 Dimensão institucional e física

Na dimensão institucional e física, a análise focou nos recursos estruturais e institucionais disponíveis para garantir que os estudantes com deficiência sejam adequadamente incluídos no ambiente escolar. Os principais aspectos analisados foram a presença de cuidadores e a acessibilidade física, elementos essenciais para uma inclusão educacional eficaz.

Para os professores a infraestrutura é descrita como acessível, com rampas, adaptadas para deficientes visuais e banheiros apropriados para pessoas com

deficiência (PCDs). Essa resposta indica que a escola está fisicamente adaptada para receber estudantes com diferentes tipos de necessidades especiais. No entanto, Sassaki (1997) argumenta que a acessibilidade vai além de apenas proporcionar rampas ou banheiros adaptados; ela inclui também a disposição adequada das salas de aula, o acesso a tecnologias assistivas e a presença de espaços que promovam a interação entre todos os estudantes. A forma como os professores mencionaram essas adaptações sugere que a infraestrutura está presente de forma básica, sem detalhar como essas instalações são utilizadas ou se são eficazes para todos os estudantes. Embora a escola tenha os elementos físicos necessários para apoiar a inclusão, como rampas e banheiros adaptados, parece que esses recursos não estão sendo utilizados de forma plena, ou há uma disparidade entre a infraestrutura disponível e as necessidades dos estudantes.

As respostas fazem refletir sobre o fato de a infraestrutura acessível ser um pré requisito para garantir que os estudantes com deficiência possam participar plenamente de todas as atividades escolares (Mantoan, 2003) mas, ainda que a infraestrutura seja uma base importante, talvez ela seja insuficiente para alcançar a inclusão completa sem melhorias adicionais na prática educacional e no uso de recursos. Isso inclui não apenas a presença de rampas e banheiros adaptados, mas também a existência de sinalização adequada, corrimãos, elevadores e a eliminação de barreiras arquitetônicas. Carvalho (2006), também nessa temática, ressalta que a infraestrutura escolar deve ser projetada para favorecer ambientes de aprendizagem inclusivos, onde estudantes com e sem deficiência possam interagir e aprender juntos. Isso exige salas de aula adaptáveis, mobiliário adequado e recursos pedagógicos acessíveis.

Quando abordados a respeito da presença de cuidadores na escola, os

professores afirmam que esses existem, mas o número ou a natureza de sua atuação não é especificado. Isso sugere que os estudantes com deficiência recebem algum tipo de suporte adicional, mas a resposta não fornece informações suficientes para avaliar a qualidade ou o alcance desse apoio. Isso pode indicar um ponto cego no acompanhamento do desempenho desses profissionais na sala de aula.

Alguns professores, ainda, relacionam esse tema com outros temas abordados no questionário quando, por exemplo, informam que *os alunos com laudo têm cuidadores designados para acompanhar seu desenvolvimento*. Isso é positivo, pois aponta que o aluno com deficiência tem o suporte necessário para atender às suas necessidades. O fato de haver um cuidador específico para o aluno demonstra uma relação direta entre o número de estudantes com deficiência e o número de cuidadores disponíveis. Essa presença, no entanto, não é detalhada. A resposta sugere que a presença de cuidadores é uma prática comum para estudantes com laudo, mas não esclarece se o suporte oferecido está atingindo seu potencial pleno ou se há desafios na execução dessas funções.

Ainda assim, novamente, as respostas não são padronizadas. Outro professor respondente, ao afirmar que sua escola tem *ausência de cuidadores*, complementa também refletindo que isso, *em 2024, é um grande desafio*, indicando uma grave deficiência no suporte humano para os estudantes com deficiência. Isso aponta para uma falha significativa nas políticas institucionais ou na alocação de recursos, o que compromete a qualidade da inclusão desses estudantes. A falta de cuidadores pode impactar diretamente o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes, tornando-se um fator limitante para a prática da inclusão.

A análise das respostas mostra que, de modo geral, a infraestrutura física das escolas parece atender aos padrões mínimos de acessibilidade, com rampas e banheiros adaptados. No entanto, há indícios de que a utilização desses recursos pode não ser otimizada, e que os desafios relacionados à qualidade da infraestrutura ainda precisam ser abordados. Além disso, a presença de cuidadores varia, com alguns professores relatando suporte adequado, enquanto outros destacam a ausência desses profissionais, o que compromete a inclusão dos estudantes com deficiência em certos contextos. Isso revela que, apesar da existência de recursos institucionais, há lacunas significativas em sua aplicação prática e efetividade. A presença de cuidadores e uma infraestrutura adequada são essenciais para a inclusão escolar. Stainback e Stainback (1992) argumentam que a infraestrutura física e o apoio adequado são elementos chave para a inclusão de estudantes com deficiência. A falta de cuidadores compromete a qualidade da educação inclusiva, afetando diretamente o aprendizado e a integração dos estudantes. O panorama das escolas públicas de Palmas reflete uma realidade comum a muitas cidades brasileiras: a desigualdade na distribuição de recursos. Mesmo dentro da rede pública, existe uma heterogeneidade significativa, o que impacta diretamente a experiência educacional dos estudantes com deficiência. Essa disparidade é observada tanto na infraestrutura quanto no acesso a profissionais de apoio, como cuidadores e especialistas em educação inclusiva.

Enquanto algumas escolas estão localizadas em áreas centrais ou mais desenvolvidas, possuindo melhores instalações e recursos, outras situadas em regiões periféricas, enfrentam desafios mais graves, como a falta de acessibilidade e a ausência de cuidadores. Isso é exacerbado pela própria distribuição de investimento, que tende a favorecer escolas com maior visibilidade e localização

privilegiada, em detrimento das que estão afastadas. Como aponta Mazzota (1996), essas diferenças resultam em experiências educacionais bastante distintas para os alunos com deficiência, dependendo da escola em que estão matriculados.

Além disso, a comparação entre escolas públicas e privadas em Palmas reforça ainda mais a desigualdade. As escolas privadas geralmente têm mais acesso a recursos financeiros o que lhes permite investir em adaptações físicas, tecnológicas assistivas e captação constante de seus professores. Já as escolas públicas, muitas vezes, dependem exclusivamente do orçamento público, que nem sempre é suficiente para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência. Assim, essa disparidade na oferta de recursos acaba criando uma lacuna significativa na qualidade da educação inclusiva.

Enquanto algumas escolas possuem infraestrutura e suporte de cuidadores adequados, outras lutam para fornecer o mínimo necessário. Sobre isso, a literatura aponta ainda que a falta de políticas públicas eficazes e de financiamento adequado contribui para a manutenção dessas desigualdades. Para Glat e Fernandes (2005), essa falta de recursos humanos e materiais compromete a efetividade das políticas de inclusão, criando uma lacuna entre a teoria e a prática; já que, sem o comprometimento real dos governos em investir em infraestrutura e na formação e contratação de cuidadores, a inclusão escolar continuará sendo uma meta distante para muitas escolas (Mendes, 2006).

No que diz respeito aos cuidadores, Pletsch (2009) discute que os cuidadores proporcionam o apoio individualizado que é essencial para muitos estudantes com deficiência, especialmente aqueles com deficiências físicas ou intelectuais severas. Esse suporte permite que os estudantes acessem o currículo

em igualdade de condições com seus pares. Além disso, o papel do cuidador na rede de ensino é fundamental para uma inclusão eficaz de estudantes com deficiência, a literatura diz que os cuidadores desempenham um papel vital no apoio às necessidades diárias desses estudantes, permitindo que eles participem plenamente das atividades escolares. Oliveira e Araújo (2015) afirmam que a presença de cuidadores também alivia a sobrecarga dos professores que muitas vezes se veem responsáveis por atender simultaneamente às necessidades da turma, a ausência de cuidadores leva ao esgotamento profissional e à diminuição da qualidade do ensino oferecido. Isso leva à análise específica da dimensão profissional desse docente.

Portanto, ao traçar um panorama da educação inclusiva de Palmas, é necessário considerar essas desigualdades na distribuição de recursos e oportunidades. Para promover uma inclusão efetiva, é fundamental que as políticas públicas abordem essas disparidades de maneira direta, garantindo que todas as escolas independentemente e sua localização ou rede de ensino, possam oferecer um ambiente inclusivo e de qualidade para todos os estudantes.

4.3 Dimensão profissional docente

Nesta seção, os professores expressam diferentes percepções e experiências relacionadas à sua preparação, capacitação e autoavaliação no contexto da educação inclusiva, junto com isso, os docentes foram abordados acerca das atividades diferenciadas e os instrumentos de capacitação disponíveis na escola. A análise das respostas revela a complexidade e os desafios que esses profissionais enfrentam na promoção de um ensino inclusivo, refletindo em duas

áreas principais: conhecimento da legislação e a autoavaliação do desempenho profissional.

Sobre o conhecimento da legislação de pessoas com deficiência, o primeiro professor relata que demonstra conhecimento da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), mas não detalha as mudanças ocorridas após a sua implementação. Essa falta de especificidade pode indicar que, embora haja familiaridade com a legislação, a percepção prática de sua aplicação no ambiente escolar pode ser limitada. O segundo professor menciona que notou *mudanças positivas e relevantes após a implementação da legislação*, destacando a ampliação do acesso e o reconhecimento dos direitos dos estudantes com deficiência, além de um aumento na inclusão. O terceiro docente afirma que na inclusão de estudantes com TEA (Transtorno do Espectro Autista), considera que deve ser dada uma preocupação específica, sugerindo que a escola pode estar mais atenta a esse grupo. No entanto, a resposta não aborda outras áreas da inclusão, o que pode indicar que o impacto da legislação é percebido de maneira mais restrita, talvez com aquilo que se tenha mais familiaridade. Outro docente reconhece que *houve progresso após a implementação da lei*, mas também aponta que a mudança é gradual e incompleta, destacando que ainda há desafios a serem superados. Esse relato traz uma visão crítica, sugerindo que a legislação trouxe avanços, mas que a realidade da inclusão escolar continua a apresentar barreiras.

Já que a legislação também indica a necessidade de atividades diferenciadas para essa conclusão, foi perguntado aos professores sobre esse tema. As atividades diferenciadas desempenham um papel fundamental na inclusão de estudantes com deficiência, permitindo que eles participem do processo educacional de maneira significativa e adaptada às suas necessidades

específicas. As respostas dos professores revelam abordagens variadas na implementação dessas atividades. Em uma das respostas, o professor afirma que não trabalha com estudantes com deficiência, logo, não desenvolve atividades diferenciadas. Como já destacamos, ainda que não se trabalhe com estudantes com deficiência, um preparo para essa possibilidade, mesmo que futura, pode ser necessário.

No que diz respeito àqueles que trabalham com estudantes com deficiência, as respostas sobre as atividades seguem caminhos diferentes. Enquanto, por um lado, afirma-se que *a realização de atividades adaptadas para aluno com deficiência são desenvolvidas pela a professora auxiliar*, o que indica uma colaboração entre os profissionais da escola para adaptar as atividades e atender às necessidades específicas desse aluno; por outro lado alguns professores demonstram mais proximidade com o processo de adaptação dos estudantes, ao afirmarem que *as atividades são elaboradas de acordo com as dificuldades de cada aluno em todas as disciplinas* ou que *alguns alunos conseguem acompanhar as atividades normais da turma, enquanto outros necessitam de atividades adaptadas*. No primeiro caso, das dificuldades de cada aluno, essa abordagem personalizada mostra um esforço significativo em atender às necessidades de múltiplos estudantes com deficiência (cinco estudantes mencionados), reconhecendo a importância de adaptar as práticas pedagógicas para incluir todos os estudantes. No segundo caso, a resposta sugere que há uma avaliação individual das capacidades de cada aluno com deficiência, permitindo que aqueles com maior autonomia participem das atividades gerais, enquanto os que enfrentam maiores dificuldades recebem suporte por meio de atividades diferenciadas.

A presença de um professor auxiliar é crucial, pois reforça a ideia de que as

adaptações pedagógicas são necessárias e que o suporte colaborativo é essencial para a inclusão. As atividades diferenciadas provavelmente envolvem ajustes no conteúdo, no ritmo de aprendizagem e nos métodos de avaliação, de modo a proporcionar ao aluno um ambiente de aprendizado mais acessível, essa prática reflete a flexibilidade necessária para adaptar o ensino conforme o nível de capacidade e necessidade de cada aluno.

Além disso, a capacitação dos professores é um dos pilares para a implementação efetiva da educação inclusiva. A formação contínua e o suporte institucional são essenciais para que os docentes adquiram as habilidades necessárias para lidar com as diversas demandas dos estudantes com deficiência. As respostas dos professores apontam diferentes percepções e experiências com relação à capacitação para o ensino inclusivo. Há um professor que mencione que *os professores regentes não recebem nenhum tipo de capacitação para promover um ensino inclusivo*. Essa ausência de oficinas, cursos ou palestras sugere uma lacuna significativa no desenvolvimento profissional voltado para a inclusão. Há, também, quem relate que *a capacitação é precária, que buscou por conta própria, cursos online para se capacitar*, isso revela uma iniciativa pessoal frente à falta de suporte institucional adequado. Sem capacitação adequada, os professores podem ter dificuldades em implementar práticas inclusivas de maneira eficaz, o que prejudica a qualidade do ensino para os estudantes com deficiência, embora o professor demonstre compromisso com a inclusão, a ausência de capacitação formal fornecida pela instituição pode resultar em desafios adicionais para a implementação de práticas inclusivas.

No entanto, de volta à compreensão de que há disparidades na forma como a inclusão é permitida em diferentes escolas, e na forma como a legislação é

atendida, dois professores apontam cenários mais promissores. Um deles afirma que há capacitação disponível em sua instituição, mencionando a oferta de oficinas, cursos, orientações e palestras. Isso indica um ambiente escolar mais proativo em oferecer oportunidades de desenvolvimento profissional, preparando melhor os docentes para lidar com a inclusão. Outro relata que há existência de orientações na escola, mas destaca a falta de cursos externos que são essenciais para aprimorar as práticas inclusivas, isso sugere que, embora haja alguma forma de suporte pedagógico dentro da instituição, os professores carecem de oportunidades mais profundas e técnicas de capacitação, como cursos especializados em inclusão. A ausência de formação externa mais robusta pode limitar o potencial dos docentes em lidar com as complexidades da educação inclusiva, a disponibilização de capacitação pode ajudar os professores a implementar práticas inclusivas com mais confiança e eficácia.

A análise das respostas evidencia que a implementação de atividades diferenciadas e a capacitação dos professores para o ensino inclusivo variam consideravelmente entre as instituições e os docentes. Enquanto alguns professores têm suporte adequado para desenvolver atividades adaptadas e receber capacitação, outros enfrentam desafios devido à ausência de recursos ou à falta de formação especializada. Isso revela que, apesar dos esforços em promover a inclusão, ainda há lacunas significativas tanto na oferta de capacitação quanto na adaptação pedagógica, o que pode comprometer a efetividade do ensino inclusivo em algumas escolas.

A formação contínua dos professores é essencial para a implementação eficaz da educação inclusiva. Florian e Linklater (2010) destacam que a capacitação profissional permite que os professores desenvolvam estratégias

eficazes para atender às necessidades de todos os estudantes. A ausência de capacitação adequada pode resultar em práticas inclusivas inadequadas e na exclusão dos estudantes com deficiência. Os dados indicam que, embora os professores tenham conhecimento teórico da legislação, muitos sentem que falta capacitação prática para implementar a educação inclusiva de maneira eficaz. A literatura sugere que a formação contínua deve incluir tanto aspectos teóricos quanto práticos, permitindo que os professores adquiram as habilidades necessárias para enfrentar os desafios diários da sala de aula inclusiva.

Finalmente, quando questionados sobre a autoavaliação do desempenho profissional, há quem se auto avalie positivamente, afirmando que *faz o melhor possível dentro das condições oferecidas*, chegando a usar recursos próprios para oferecer o mínimo aos estudantes. Essa resposta reflete um alto nível de comprometimento, mas também destaca a falta de suporte institucional, que obriga o docente a investir recursos pessoais. Há, também, aquele que enfatize seu empenho individual no *estudo contínuo e na busca por promover o debate na comunidade escolar*, o que demonstra uma postura proativa, com foco no desenvolvimento profissional e na criação de um ambiente mais inclusivo. Por outro lado, de uma forma que parece inerente à profissão docente, há quem revele que se sinta sozinho e, às vezes, *impotente diante das dificuldades*, ainda assim, com uma sensação de realização ao perceber o progresso dos estudantes - o que indica que, apesar dos desafios, o professor se sente recompensado pelo impacto positivo que tem na vida dos estudantes. O quarto professor expressa uma autocrítica construtiva ao *reconhecer os desafios reais da prática inclusiva e sua busca por melhoria contínua*, isso reflete uma postura de aprendizado constante e uma disposição para enfrentar as dificuldades diárias, revelando um

comprometimento com o desenvolvimento pessoal e com a qualidade do ensino inclusivo.

A análise desta subseção revela que, embora haja um entendimento básico sobre a legislação e um compromisso dos professores com a inclusão, existem barreiras significativas que dificultam a implementação plena de práticas inclusivas. A variação no conhecimento da legislação e a percepção das mudanças após sua implementação mostram que há uma lacuna entre o que é prescrito pela lei e o que realmente ocorre no cotidiano escolar. Isso indica a necessidade de capacitações mais frequentes e direcionadas, que permitam aos professores compreenderem melhor suas responsabilidades legais e aplicá-las de maneira prática e eficaz. No que diz respeito à autoavaliação, as respostas refletem o grande esforço pessoal que muitos professores dedicam à inclusão, muitas vezes sem o apoio institucional necessário. As respostas também indicam que, embora existam profissionais pró ativos e engajados, a falta de recursos e de reconhecimento pode levar ao desgaste emocional e à frustração. Portanto, é crucial que as escolas não apenas ofereçam capacitação, mas também deem suporte emocional e prático para que os docentes possam atuar de maneira eficaz e saudável na educação inclusiva.

5. CONCLUSÃO

Os dados do questionário revelam que há uma variação significativa na parceria entre pais e escola, na presença de cuidadores e na infraestrutura, bem como na capacitação dos professores. A literatura sublinha a importância desses fatores para uma educação inclusiva eficaz.

A colaboração entre família e escola é um fator essencial para o desenvolvimento educacional de alunos com deficiência. A troca de informações

frequente e a parceria ativa dos pais contribuem significativamente para a criação de um ambiente de aprendizado mais inclusivo e eficaz. No entanto, a variação na participação dos pais destaca a necessidade de estratégias para engajar mais as famílias no processo educacional.

A presença de cuidadores e uma infraestrutura adequada são igualmente cruciais. A falta de cuidadores, apesar da infraestrutura física adequada em muitas escolas, compromete a qualidade da inclusão. A literatura sugere que, sem o apoio de cuidadores, os professores podem se sentir sobrecarregados e incapazes de atender às necessidades de todos os estudantes, o que limita as oportunidades de aprendizado e socialização para os estudantes com deficiência.

A formação contínua dos professores é outro pilar fundamental para o sucesso da educação inclusiva. Embora muitos professores conheçam a legislação que assegura a educação inclusiva, a falta de capacitação prática impede a implementação eficaz de estratégias inclusivas. A formação deve ser abrangente, incluindo tanto aspectos teóricos quanto práticos, e deve ser acessível, oferecendo oportunidades contínuas de desenvolvimento profissional.

Para promover uma educação inclusiva de qualidade, é necessário um esforço conjunto que envolva a melhoria da comunicação e colaboração entre escola e famílias, o fornecimento de infraestrutura adequada e o apoio de cuidadores, além da capacitação contínua dos professores. Políticas públicas que incentivem e financiem esses aspectos podem contribuir significativamente para a melhoria da inclusão escolar. Somente com um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo, todos os estudantes poderão desenvolver seu potencial máximo, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

Finalmente, cabe ressaltar as barreiras que foram enfrentadas durante o processo de elaboração deste trabalho. O processo de elaboração de perguntas na análise de dados teve um apoio primordial da orientadora e minha irmã, para que as perguntas pudessem se encaixar com os parâmetros do tema exposto. No entanto, devido a restrições logísticas, não foi possível realizar as entrevistas presenciais inicialmente planejadas. Optou-se pelo uso de um formulário online via Google Forms, o que permitiu alcançar um número maior de respondentes, mas também trouxe uma limitação, com a ausência de uma interação mais aprofundada com seus participantes.

Essa escolha metodológica, embora tenha sido uma limitação, abre espaço para novas pesquisas que explorem abordagens diferentes e mais interativas, como entrevistas presenciais ou grupos focais. Estudos futuros poderiam incluir não apenas professores, mas também as famílias, profissionais de apoio e representantes do poder público, a fim de oferecer uma análise mais abrangente e detalhada sobre os desafios e as oportunidades da inclusão educacional. Assim espera-se que este trabalho contribua para o debate e o desenvolvimento de

práticas e políticas que avancem em direção a uma educação inclusiva verdadeiramente efetiva e transformadora.

REFERÊNCIAS

BONETI, L. W. **Estado e exclusão social hoje**. In: Zarth, P. (org.). **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Unijuí, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 05 de julho de 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989**. Brasília, 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional Artigo 80. O Poder Público Incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distancia, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. Disponível em <http://portal.mec.govseed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lei9394.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2022

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. MEC/SEESP. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em 10 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.133 de 14 de julho de 2005**. Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11133.htm>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº

948, de 09 de outubro de 2007. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em 20 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília, 2008a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html>. Acesso em: 07 nov. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, 2008b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em 21 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília, DF: Inep, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2021.pdf. Acesso em: 23 nov. 2022.

CARVALHO, M. E. P. **Família e escola: novas perspectivas de análise**.

São Paulo: Cortez, 2003.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva com os pingos nos is**. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

CUNHA, E. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar**: ideias e práticas pedagógicas. 3 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2015.

DINIZ, Débora; BARBOSA, Livia; SANTANA, Carolina. **Deficiência e Igualdade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

FLORIAN, L., & LINKLATER, H. (2010). **Preparando professores para a educação inclusiva: usando pedagogia inclusiva para melhorar o ensino e a aprendizagem para todos**. *Cambridge Journal of Education*, 40(4), 369-386.

GLAT, R., & FERNANDES, E. (2005). **Políticas de educação inclusiva: Uma análise crítica**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 11(2), 239-254.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. (2007). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GRACINDO, R. V. Os sistemas municipais de ensino e a nova LDB: limites e possibilidades. In: Brzezinski, I. (org.). **LDB INTERPRETADA**: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 2000.

HORNBY, G. **Envolvimento parental na educação infantil: Construindo parcerias eficazes entre escola e família**. Springer Science & Business Media, 2011.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: metodologia, planejamento, execução e análise. 7th Edição. São Paulo: Atlas, 2014.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São

Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, E. G. Educação inclusiva: O que o professor tem a ver com isso? **Educação e Pesquisa**, v. 32, n. 1, p. 31-45, 2006.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva – Contextos sociais**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

OLIVEIRA, S. B., & ARAÚJO, R. M. A importância dos cuidadores na educação inclusiva. **Educação em Revista**, v. 31, n. 1, p. 65-84, 2015.

OLIVEIRA, R. P. **Cultura, educação e desenvolvimento: perspectivas da antropologia cultural**. São Paulo: Cortez, 2005.

PLETSCH, M. D. O papel dos cuidadores na inclusão escolar de alunos com deficiência. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 137, p. 45-61, 2009.

RODRIGUES, David. **Inclusão e Educação: Doze Olhares Sobre a Educação Inclusiva**. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOLER, R. **Educação física inclusiva na escola: em busca de uma escola plural**. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

SOUZA, J. P. de. **A Educação Física no contexto inclusivo: análise do curso de capacitação de professores multiplicadores em Educação Física Adaptada**. 2006. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2006.

STAINBACK, S., & STAINBACK, W. (1992). **Considerações curriculares em salas de aula inclusivas: Facilitando a aprendizagem para todos os estudantes**. Paul H Brookes Pub Co.

TURNBULL, A., TURNBULL, R., WEHMEYER, M. L., & SHOGREN, K. A.

(2016). **Vidas excepcionais: Educação especial nas escolas de hoje.**

Pearson.

TURNBULL, A. P., TURNBULL, H. R., WEHMEYER, M. L., & SHOGREN, K. A.

(2016). ***Educando alunos com necessidades especiais: Colaboração eficaz entre família e escola.*** Editora ABC.

TOKARNIA, M. Cresce o número de estudantes com necessidades especiais.

Agência Brasil, Educação, Brasília, 31 jan. 2019. Disponível em

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-01/cresce-o-numero-de-estudantes-com-necessidades-especiais>>. Acesso em 15 out. 2022.

TV ANHANGUERA e G1 TOCANTINS. Crianças com deficiência estão sem acompanhamento especializado em escolas de Palmas. **G1**, Tocantins, 8 abr. 2022. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2022/04/08/criancas-com-deficiencia-estao-sem-acompanhamento-especializado-em-escolas-de-palmas.ghtml>>. Acesso em: 9 out. 2022.

APÊNDICE

Apêndice 1 - Perguntas do formulário

1. Em quais séries você ministra aula? (Marque todas as que se aplicam)

- 1º ()

- 2º ()

- 3º ()

- 4º ()

- 5º ()

- 6º ()

2. Para quantos estudantes você dá aula?

3. Você tem algum aluno com deficiência/transtorno?

- Sim ()

- Não ()

4. Se a resposta anterior foi sim, informe quantos dos seus estudantes possuem deficiência/transtorno e se eles possuem laudo. Descreva quantos.

5. Há atividades diferenciadas desenvolvidas com estes estudantes? Se sim, quais?

6. As famílias destes estudantes atuam de forma parceira? Se sim, como se dá essa parceria? Quais ações, conversas e/ou demandas são apresentadas ou realizadas por essas famílias?

7. Há troca de informações da rede de ensino com a família? De que tipo?

8. Há cuidadores nas suas salas de aula para atender os alunos com deficiência? Se sim, quantos?

9. A instituição dispõe de infraestrutura para pessoas com deficiência (rampa, adaptação para deficientes visuais, banheiros para PCDs e/ou salas de recursos)?

- Sim ()

- Não ()

10. Você tem conhecimento da Lei nº 13.146, aprovada em julho de 2015, que assegura a educação inclusiva a pessoas com deficiência? Se sim, você acha que algo mudou na temática da inclusão na escola depois dessa lei? O que?

11. Como você, enquanto docente, avalia os instrumentos de capacitação em sua instituição para promover um ensino inclusivo dentro da sala de aula? Há oficinas, cursos, orientações, palestras etc.?

12. Como você considera que tem desempenhado seu papel como profissional para melhor promover uma educação inclusiva dentro da rede de ensino na qual você atua?